

**PROCESSO DE ESCOLHA PARA ELEIÇÃO DE  
CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE - Edital nº 01/2022  
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR**

Nome: \_\_\_\_\_

Esse caderno contém 10 questões no valor de 1,0 ponto cada.

Cada questão possui apenas uma resposta correta.

Após responder todas as questões, transcreva as respostas para a folha de respostas marcando um “X” a caneta.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEI Nº 8.069/90**

As questões a seguir foram elaboradas de acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, atualizada até o dia 7 de outubro de 2022.

1) Considera-se criança, para efeitos da Lei nº 8.069/90, a pessoa até:

- A) oito anos de idade incompletos.
- B) dez anos de idade incompletos.
- C) doze anos de idade incompletos.
- D) quatorze anos de idade incompletos.

2) Para efeitos da Lei nº 8.069/90, considera-se adolescente, a pessoa entre:

- A) quatorze e dezessete anos de idade.
- B) doze e dezoito anos de idade.
- C) dez e dezoito anos de idade.
- D) doze e dezessete anos de idade.

3) A garantia da prioridade na efetivação dos direitos da criança e do adolescente compreende, EXCETO:

- A) Precedência de atendimento nos serviços públicos.
- B) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas de proteção à infância e à juventude.
- C) Viabilização de formas de participação e convívio com os idosos.
- D) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

4) Assinale a alternativa INCORRETA, em relação aos direitos da criança e do adolescente:

- A) Não é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- B) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar.
- C) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- D) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

5) O direito à liberdade, garantido a todas as crianças e adolescentes, compreende, EXCETO:

- A) Participar da vida política, na forma da lei.
- B) Crença e culto religioso.
- C) Opinião e expressão.
- D) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrições.

6) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale alternativa INCORRETA:

A) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

B) Castigo físico é a conduta de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe ou ridicularize.

C) A vedação do uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina e educação, se estende aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas.

D) O direito ao respeito abrange a preservação da imagem e da identidade.

7) Em caso de violação dos direitos da criança e do adolescente, compete ao Conselho Tutelar, a aplicação das seguintes medidas, EXCETO:

A) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

B) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

C) Instaurar sindicâncias e realizar investigações criminais.

D) Advertência.

8) Com relação à apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale alternativa INCORRETA:

A) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado ao Conselho Tutelar.

B) Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial, deverá lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.

C) Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos.

D) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

9) Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, compete ao Ministério Público, EXCETO:

A) Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

B) Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.

C) Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

D) Julgar em última instância os recursos dos processos judiciais que envolvam crianças e adolescentes.

10) São crimes em espécie praticados contra a criança e o adolescente, previstos na Lei nº 8.069/90, EXCETO:

A) Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos.

B) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade.

C) Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica.

D) Deixar o médico de comunicar à autoridade policial os casos envolvendo maus-tratos contra criança ou adolescente.